



**A alteridade no contexto de François Rabelais:
Vivência una do outro**

Luísa Leite S. de Freitas – UnB*

RESUMO: A vivência da alteridade, na convivência cotidiana e na dinâmica individual do ser humano, apresentada segundo as ideias de Mikhail Bakhtin e aplicada ao exame da obra de François Rabelais.

ABSTRACT: The experience of alterity, in everyday relations and in the internal dynamics of each human being, presented based on the ideas of Bakhtin and related to the works of François Rabelais.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade; Unicidade; Estética; Sátira.

KEYWORDS: Alterity; Unicity; Aesthetics; Satire.

No capítulo II da *Estética da Criação Verbal*, Mikhail Bakhtin afirma que não podemos usar nossa imagem externa para compor nossa própria caracterização. Explica, em seguida, que isso decorre da impossibilidade de vivenciar tal imagem, que apenas está ao alcance inevitável do *outro*. Superar essa possível desvantagem do ser em relação aos que o veem é algo que poderia ser alcançado com a consciência de ver a si mesmo como um dos componentes que figuram em um mundo plástico. Algumas linhas abaixo, Bakhtin afirma que qualquer ser humano tem necessidade absoluta e irremediável do outro, desse que é o único “capaz de criar para ele uma personalidade externamente acabada” (BAKHTIN, p. 33).

Compreendemos, então, que, apesar de não podermos alcançar nossa imagem externa, possível de ser captada apenas pelos que têm uma visão nossa que possivelmente jamais teremos – nem com espelhos, autorretratos, fotografias, etc. –, essa visão inalcançável é algo que nos acompanha sempre. Isso não apenas por sabermos que existe uma forma de nos ver que não conseguimos praticar – o que nos deixa intrigados com espelhos, fotografias, etc... –, mas por sabermos da influência disso em nosso comportamento. Que é inevitável. Portanto, tem passe livre para influenciar, também, as relações de nós mesmos com os outros – todos em uma mesma situação de serem vistos por fora, mas só se veem de dentro.

* Aluna do Curso de Letras – UnB. Pesquisadora do Grupo: Literatura e Cultura – CAPES. Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Augusto Rodrigues da Silva Junior (TEL/UnB). E-mail: luisa.lsf@hotmail.com

Como Bakhtin afirma, temos a necessidade do outro. Sem ele, só podemos nos entender como mais um objeto plástico; com ele, somos mais um desses todos que têm a mesma condição: a de habitar um corpo que é nosso, mas que nos foge.

Essa condição tem seus aspectos gerais e individuais ao mesmo tempo. Sabemos estarmos todos, em tese, nessa mesma condição. É um fenômeno vivido em conjunto, quase uma experiência consciente coletiva que fica subentendida na vivência cotidiana. Sabemos ser assim o tempo todo, embora não tenhamos isso em mente, explicitamente, o tempo todo. Mesmo que sempre nos comportemos dentro dos moldes dessa situação, sabendo que estamos sendo vistos, sendo vivenciados pela visão dos outros e isso está se processando, tornando-se uma imagem que jamais alcançaremos. Então para que se importar com ela? Ajeitamo-nos diante do que vemos a fim de parecer melhores. Falsamente ou não. A vivência é coletiva, mas absolutamente individual.

O visível parte de mim, que sou o limite entre meus olhos e o resto, e os que me cercam têm seus limites em seus próprios corpos, portanto suas visões partem de outros ângulos. Bakhtin discorre sobre as fronteiras do homem, afirmando que é a percepção do outro que me permite entender que existem fronteiras espaciais exatas para qualquer corpo, ao menos na visão que temos. Prossegue a descrever essas fronteiras:

O outro me é dado no mundo exterior a mim como elemento deste, inteiramente limitado em termos espaciais; em cada momento dado eu vivencio nitidamente todos os limites dele, abranjo-o por inteiro com o olhar e posso abarcá-lo todo com o tato; vejo a linha que lhe contorna a cabeça sobre o fundo do mundo exterior, e todas as linhas do seu corpo que o limitam no mundo; o outro está todo estendido e esgotado no mundo exterior a mim como um objeto entre outros objetos, sem lhe ultrapassar em nada os limites, sem lhe violar a unidade plástico-pictural visível e tátil. (2010, p. 34)

Assim, pode-se considerar o fenômeno da alteridade como uma experiência uma que vivenciamos. É algo que ocorre independentemente de escolha e sem diferenças de proporções de uma pessoa para outra. Todos vivenciamos essa mesma diferença de fronteiras, com os mesmos aspectos supracitados. É algo que acontece igualmente com cada ser humano; contudo, é também, inevitavelmente, uma vivência específica de cada um. Daí chamarmos de experiência uma, mas não apenas porque os corpos que habitamos se diferenciam entre si, então causando diferentes impressões. Ou seja, não

apenas porque cada um de nós guarda infinitas possibilidades de imagens externas a serem acesas nas mentes alheias, e porque cada uma dessas mentes terá diversas imagens de nós que podem, inclusive, mudar. É especialmente graças ao fato de que todos estamos presos a essa condição, e ela envolve individualidade – aquela no sentido mais específico e profundo do termo, que inclui coisas que jamais puderam ser acessadas por outras pessoas – e necessidade mútua, em um fenômeno coletivo, como dissemos.

Na literatura, temos a alteridade em prática quando lemos ou quando elaboramos personagens. Lendo-os ou escrevendo-os, podemos vê-los todos de um ponto de vista privilegiado, porque geral. Como se o fato de que nossa visão parte de nosso corpo, que é visto no mundo, fosse ali irrelevante. Contudo, ao mesmo tempo que nossa imagem externa parece não importar naqueles momentos, vivenciamos neles uma espécie de formação da nossa própria imagem ao nos identificarmos com os personagens, conscientemente ou não.

Bakhtin chama a razão estética de um momento da razão prática, de modo que toda a realidade estética é considerada por ele como uma das vivências do ser-momento (termo utilizado por ele em *Para Uma Filosofia do Ato*, que faz referência ao caráter único de um ato, ou de um momento vivido, sendo algo impossível de ser captado com exatidão e com a minúcia de seu acontecimento único em repetição ou teoria). Essa colocação de Bakhtin é explicada por Augusto Ponzio, em seu livro *A Revolução Bakhtiniana*. Um fragmento pode ser elucidativo:

Se nem a consciência teórica e nem a estética captam o acontecimento único da ação responsável no contexto da unicidade do Ser-no-mundo, isso é porque devem fundamentalmente abstrair do lugar ocupado pelo observador, de sua unicidade como intérprete, de sua alteridade e igualmente de sua unicidade – de sua irrepetibilidade-alteridade do que é observado, seguindo sua redução ao *status* do objeto (2010, p. 35).

O escritor francês François Rabelais (1494-1553), em sua famosa obra *Pantagruel*, dividida em cinco livros lançados separadamente, traz em sua paródia da organização social o escopo de combater a toda e qualquer dificuldade que se possa impor a um homem em busca de seu pleno desenvolvimento. Adota, então, um estilo de mostrar isso que não é didático e direto, mas sim, na via da sátira, com abundância de nuances que propiciam processos de identificação para os leitores contemporâneos à época das obras.

Pantagruel, seu herói, é filho de Gargantua, um personagem muito conhecido do folclore francês da época. Aproximando-se da oralidade, permitiu conexão imediata

com os leitores, especialmente, é claro, com os mais populares – a obra não foi produzida limitadamente para a erudição. A inclusão desse folclore, que também não é específico, mas inclui lendas diversas, permite, mais do que ater o leitor à obra, a execução da sátira pela via do fantástico.

No prólogo do terceiro livro dos Fatos e Ditos Heroicos do Bom Pantagruel, o autor – que se dá a voz várias vezes nos cinco volumes, dialogando com os “leitores mui ilustres” de sua “obra única e sem comparação” em prólogos metalinguísticos – conta brevemente a história do filósofo Diógenes (um dos tantos filósofos e anedotas citados), após perguntar se os leitores não a conhecem. Estabelece com eles uma interação que os deixa à vontade: “Se não ouvirem falar [de Diógenes], dele quero agora uma estória narrar para começar em vinho (bebam, portanto) e em conversa (escutem, portanto)” (RABELAIS, p. 44). Trata-se de uma ocasião em que os coríntios, após a ruína de Corinto promovida por Filipe da Macedônia, colocaram-se todos a postos para defender seu território. Diógenes, no entanto, não foi incumbido de tarefa alguma; em vez de se entregar ao ócio confortável, procura o que fazer: “rolou seu tonel de argila, que lhe servia de casa contra as injúrias do céu, e com grande veemência de espírito, o girava” (p. 45).

O autor coloca a atitude de Diógenes, pouco útil, como admirável, e compara com a situação de seu país. Em uma admiração de etimologia falsa, elogia tempos de guerra, em que esta seria “de todos os bens a mãe”, pela dedicação da população ao se unir em defesa de seu território, comparando *belle*, do francês “bela”, com *bellum -i*, do latim “guerra”. Ele seria o Diógenes da França, na medida em que não receberia um ofício em tempos de defesa da pátria (“de mim não se faz muito caso”), mas não se renderá “à vergonha medíocre de ser visto como espectador ocioso por tantas personagens valorosas” (pretendendo, ainda, uma falsa modéstia e uma suposta nobreza de luta patriótica).

Isso tudo para resultar em um cinismo que reforça seu paralelismo com Diógenes – conhecido como o Filósofo Cínico: “movendo meu tonel diogênico (...) o que farei, segundo vocês? Pela Virgem que se arregaçá, ainda não sei” (p. 47). Provocativo até na maneira de se voltar à Virgem Maria, na ambiguidade da referência à imagem da Nossa Senhora das Candeias, que levanta a roupa para atravessar o rio, revela uma nobreza de espírito mais fraca do que nos fez parecer antes, mesmo que sua preocupação com não ser medíocre persista; dizer que pretende ser útil à pátria não significa fazê-lo. Não perguntará às autoridades que ofício pode assumir. Nem sequer se renderá a esperar que o resto das pessoas faça tudo por ele. Em uma tonalidade mais de

boêmio a refletir do que de bon-vivant sem escrúpulos, decide que beberá para resolver: “Esperem um pouco até que eu sorva algum gole dessa garrafa: é meu verdadeiro e único Hélicon (...). Aqui bebendo delibero, discurso, resolvo e concludo” (p. 47).

Conclui, então, que suas obras são a resposta, explicitando sua comparação com o filósofo da anedota que contou: “Já que é essa minha sorte (pois não é a qualquer um outorgado entrar e habitar em Corinto), minha deliberação é de servir a uns e outros: falta tanto para que eu fique inativo e inútil” (p. 48). Reforça: “Pelos guerreiros vou de novo abrir meu tonel (...) e que pelos dois volumes precedentes ficou de vocês bastante conhecido, vou tirar da lavra de meu passatempo epicenário um galante Terceiro e consecutivamente radiante Quarto de sentenças pantagruélicas; que será lícito chamá-las Diogênicas” (p. 49). Continuará, a seu estilo já revelado ao leitor: “Após o epílogo rio, escrevo, componho, bebo” (p. 47).

Rabelais, então, elogiando indivíduos que sejam proativos na dedicação à sociedade, ironiza que a maioria seja de fato assim, complementando com seu elogio torto à guerra. Se fosse essa a lógica, de todos em esforço pela defesa da pátria trazerem tempos férteis de prosperidade, a guerra deveria ser, de fato, mãe de todos os bens. Contudo, ou a maioria é cínica e se preocupa mais com a retórica que com a ação, ou esse esforço é tão mal administrado que sequer poderia trazer a prosperidade que teoricamente viria. Vê-se a si próprio em uma figura tão nobre que elogiada por Alexandre O Grande, pretendendo se equiparar, absorvendo parte do prestígio para si; no entanto, tem seus questionamentos e, mesmo se espelhando, encontrar sua função individual para o bem coletivo não é tarefa simples – como para os outros, que têm suas tarefas pré-determinadas e incumbidas a eles, em vez de terem que se esforçar para sair da inatividade.

Assim, Rabelais, que coloca em suas histórias sistemas sociais permeados por injustiças e piorados por hierarquias compostas por autoridades que abusam de sua posição em corrupção e/ou descaso, já no prólogo nos traz à tona a ambivalência do individual *versus* o coletivo, bem como da imagem externa, composta na alteridade, e do prestígio que pode sobrar ou faltar, e que influencia em nossa aparição como nobre ou como útil para nosso meio – e na nossa construção interna de *quem sou eu?* e de *quem sou eu para o meio onde vivo?*.

Não apenas figuras de poder político têm seus defeitos mostrados nas histórias, mas podemos ver que aquelas que poderiam representar alguma esperança de mudança ou de consciência também são exibidas como problemáticas: filósofos, em sua maioria, sofistas – no sentido mais pejorativo do termo, que temos em Platão, como filósofos

que não buscam verdades, mas que são mestres em ludibriar e persuadir; professores e intelectuais rudes, sem um plano de melhoria para a sociedade – e não apenas a francesa, pois Rabelais não se preocupa excessivamente com patriotismo, e sim com ação coletiva de maneira geral; fanáticos e teólogos descrentes convivendo entre seres frágeis e incompletos, como frei Jan, que aconselhando Panurge, amigo de Pantagruel, sobre o matrimônio, surpreende com um tom de superficialidade em vez de espiritualidade em suas falas: “Até quando vai se reservar? Não sabe que o fim do mundo se aproxima? O anticristo já nasceu, segundo o que me disseram. (...) Você quer que te encontrem com os colhões cheios no dia do Julgamento, *dum venerit judicare?*” (p. 173), assim como em seus conselhos quanto ao receio de Panurge em relação a ser traído: “Se for corneado, *ergo* sua mulher será bela, *ergo* ela o trará o bem (p. 180).

A mesma surpresa trazem as falas de Bridoye, um juiz, autoridade da justiça e, portanto, da resolução de conflitos, dá suas sentenças de acordo com o que um jogar de dados indica, confiando plenamente na sorte desses números, e as de Rondibilis, um médico que, também ao aconselhar Panurge, discorre sobre as mulheres como seres de instintos selvagens, impossibilitadas de ascender intelectual ou espiritualmente como os homens. De um ponto de vista de medicina platônica, faz um discurso misógeno nada científico.

Não é que Rabelais quisesse, simplesmente, que seus leitores se identificassem com as aberrações e se vissem, finalmente, mal, defeituosos, expondo a eles seus próprios problemas. (Isso poderia ser, também, didático, ainda que de uma didática tortuosa.) Não se trata de apontar para acusar, a crítica não é pontual nem construída como um veredicto do mundo. Ao mostrar personagens dos quais esperaríamos um comportamento típico agindo de maneira estranha, incluindo-se aí, além do folclórico e do fantasioso, figuras reais colocadas como distorcidas nas histórias, até o grotesco, Rabelais torna possível um peculiar esquema indireto de conexão entre vida e realidade.

Os seres reais, como juízes, teólogos, educadores, poderiam ser identificados pelas pessoas no cotidiano, na vida, ainda que distorcidos. A isso se une o mostrar de uma realidade tortuosa, o que, então, em verdade, demonstra que Rabelais fazia relações ainda mais profundas entre a estética e o que se chamaria de realidade. A partir da visão dos defeitos de seus cômico-satíricos personagens, poder-se-iam notar os da vida, ainda que diferentes em proporções (o contraste com o gigantismo, por exemplo).

Por isso, a sátira rabelaisiana, com origens na menipeia – que remonta ao filósofo da Antiguidade Menipo de Gadara –, em que há a adição de detalhes peculiares e destoantes na obra literária, pode parecer que resulta em uma obra irregular,

problemática, com lacunas de coerência interna. Contudo, apesar dessa aparência, as possíveis aberrações da obra são, na verdade, partes constituintes essenciais dela.

Assim, pode-se entender que a alteridade na obra de Rabelais é estabelecida com um corpo coletivo, a partir da cultura popular folclórica, comum à maioria dos leitores. A coexistência, então, da coletividade e da individualidade, é clara. São tratados casos gerais da sociedade, com defesas e críticas implícitas de Rabelais nas obras. Figuras corruptas e com mania de poder, ainda que façam rir, são claros exemplos de problemas que de fato existem fora da ficção. Porém, há, ainda, a individualidade dos defeitos, que podem ser reconhecidos, em uma visão mais microscópica, por cada um dos leitores, em si mesmos. Ao se verem, mesmo que parcialmente, em uma imagem, por exemplo, de um gigante, ou de um juiz corrupto, a identificação com uma figura absolutamente fora de seus próprios limites, absolutamente *outra*, pode resultar em um choque.

A necessidade do outro, então, vai além da obviedade de vida em sociedade, ajuda mútua para o progresso e outras afirmações que justificam a vida não-isolada do ser humano. Todos esses pontos subjetivos que compõem a vivência humana são inevitáveis e aparecem, então, na literatura, em pontos diversos que não caberiam em somente um artigo. A diferença entre o olhar de cada leitor e o do autor têm relações não iguais, porém, é claro, intimamente ligadas às diferenças de olhar que temos de nós para os outros e que há dos outros para nós. Assim, sátira e crítica podem ser feitas a partir de identificação, sendo este um processo tão inevitável e até mesmo pouco controlável, assim como a preocupação com a visão externa é elemento que nos seguirá enquanto houver alteridade, apesar de, como diz Bakhtin, não dever ser nossa própria caracterização. Afinal, temos uma visão única que parte do limite de nossa íntima habitação, ainda que esta possa ser também, de um *outro* ponto de vista, apenas mais um objeto no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Socialism: the active utopia*. Londres: George Allen & Unwin, 1976.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Prefácio de Tzvetan Todorov, introdução e tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato*. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

GARDINER, Michael. “O carnaval de Bakhtin: a utopia como crítica” In *Mikhail Bakhtin – Linguagem, cultura e mídia*. Organizadores Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento. São Carlos: Pedro&João Editores, 2010.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

RABELAIS, François. *Pantagruel*. Tradução, introdução, notas e comentários Elide Valarani Oliver. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

RABELAIS, François. *Pantagruel* [1564], établi et annoté par Pierre Michel. Librairie Générale Française: Paris, 1972.